A RELAÇÃO ESCOLA – FAMÍLIA: UM ESPAÇO NEGADO AOS PAIS?

Levino Bertan[1]

[1] *Docente do Mestrado em Educação da UNOESTE*

RESUMO

O texto apresenta algumas reflexões sobre o espaço que a família tem nas escolas da rede pública estadual e municipal. A escola chama a família para ser parceira, mas na verdade, muitas vezes, torna-se alvo de reclamações, constrangimentos e pedidos de socorro para resolver problemas de disciplina. Isso fica evidente com o resultado das observações e pesquisas com pais e professores que vivem o problema e não encontram uma saída satisfatória, ficando uma indagação: como mudar essa ótica? Os encontros são necessários para unir os parceiros e não constrangê-los. A participação de todos é fundamental, que não pode ser confundida com mero envolvimento das pessoas presentes. Participar é tomar parte, é entrar em comunhão com os seus semelhantes, com solidariedade que envolve partilha, ajuda aos outros, abertura de portas, prestação de serviços, diálogo, amor, assumindo uma intervenção na realidade, procurando transformá-la.

Palavras – chave: *educação, família, escola, participação, espaço.*

THE RELATION FAMILY-SCHOOL: A space denied to parents?

ABSTRACT

This text presents some reflections about the space that the family has in the public state and city schools. The school invites the family to be a partner but actually this only opens space to complains, embarrassments and help requests to solve problems with a specific subject. This becomes evident with the results of the observations and interviews with parents and teachers who live this problem and do not find a satisfactory way out of it, leading to a question: what can be done to change this situation? The meetings are necessary to gather partners and not to embarrass them. The participation of all is fundamental. And this participation cannot be mistaken with a simple involvement of the ones present at the meeting. To participate is to take part, to get in opening doors, exchanging services, dialogue, love, and thus assuming an intervation in the reality and trying to change it.

Key-words: *education, family, school, participation, space.*

Todos aqueles que atuam na área educacional, precisam ter clareza a respeito da função da instituição escolar e das relações da escola com a sociedade. Parte das pessoas que atuam na escola, no entanto, compreende-a de forma abstrata e idealizada. As questões do cotidiano escolar normalmente dirigem-se à relação professor-aluno, ao currículo, às metodologias nas situações ensino e aprendizagem, às formas de avaliação, entre outros; raramente, as relações escola-família são tratadas. Essa última questão, quando abordada, é considerada na verticalidade das relações sociais, isto é, na relação de dependência da família à escola.

É necessário estabelecer as conexões das instituições escola e família, com o contexto histórico, social, político, econômico e ideológico da realidade, porque a maioria dos recursos humanos, atuantes na rede pública, não se apropriaram da dimensão abrangente do social.

Donzelot (1986) ao traçar a gênese do social, remete sua formação nos séculos XVIII e XIX, num momento em que o desenvolvimento do sistema capitalista encontrava-se em plena ascensão e evidencia os modelos das famílias burguesas e proletárias, bem como, novos espaços, organizações e personagens: assessores, educadores, tutores e técnicos que cercam a família fragmentada ou liberalizada.

Configura-se neste período histórico, a formação do estado burguês, defensor da igualdade social e, ao mesmo tempo, justificador e negador das ações sociais.

Seguindo a mesma linha de pensamento, Donzelot, conclui: "A partir do final do século XIX surgiu uma nova série de profissões: os assistentes sociais, os educadores especializados, os orientadores" (1986, p. 91).

Esses profissionais espalharam-se e multiplicaram-se, no decorrer da história, por todos os setores das atividades sociais, principalmente, ligados à infância e à família, tendo como alvo o tratamento da "infância em perigo" e da "família em crise", buscando aplicar teorias e técnicas eficazes, enquanto redentoras das misérias humanas.

Donzelot, interpreta com clareza, quanto afirma a respeito da burguesia:

> O advento da família moderna centrada no primado do educacional não é, portanto, efeito da lenta propagação de um mesmo modelo familiar através de todas as camadas sociais, segundo a lógica de sua maior resistência à modernidade (1986, p. 46).

Importa perceber que a família, enquanto instituição da sociedade, nas suas redes de relação, possui vínculos com o sistema social-econômico-político, ancorado na propriedade privada, no trabalho assalariado e no estado liberal. Enquanto participantes dessas redes de relações, a escola e a família realizam suas funções.

Neste sentido, as afirmativas de Lasch (1991) são esclarecedoras, ao afirmar que a família burguesa vem se desintegrando a mais de cem anos. Com o desenvolvimento do sistema capitalista, foi retirada a produção do âmbito doméstico. Ocorreu a apropriação das habilidades técnicas, ampliando-as na "administração científica" e coletivizando o sistema produtivo, estendendo, dessa forma, o controle à vida privada dos trabalhadores, impondo horários, normas extensivas às suas famílias, com intervenções diretas dos especialistas: médicos, psiquiatras, professores, orientadores, funcionários da justiça de menores, direcionando a vida familiar e da infância desprotegida, cujas tarefas, anteriormente, cabiam exclusivamente à família.

A expansão do trabalho escolar veio justificar a necessidade desses serviços, visando o bem estar social, cuja crença era de que a família não dava conta da sua função educativa.

Era necessário buscar o trabalho de extensão à família. Delineavam-se os modelos de educação, cujo ideário foi e é uma imposição de fora para dentro, a invasão do espaço particular: a família.

A autoridade familiar passa a ser dividida com os outros setores organizados da vida social, controlando a vida dos indivíduos, conclui Lasch:

> Hoje o Estado não controla apenas o corpo do indivíduo, mas toda parcela do seu espírito que é possível de ser ocupado; não apenas a sua vida exterior, mas também a vida íntima; não apenas a esfera pública, mas até os cantos mais obscuros da vida privada, que antes eram inacessíveis à dominação política. Toda a existência do cidadão tornou-se agora sujeita à direção social, cada vez menos mediatizada pela família ou outras instituições às quais o trabalho de socialização estava confinado antigamente. A própria sociedade assumiu este encargo, ou então passou a controlar mais efetivamente a socialização da família (1991, p. 239-240).

A sociedade e o Estado burguês, utilizando mecanismos variados, da competição ao lucro, criou leis próprias de mercado, mercado esse que vai além das mercadorias; o próprio homem, no processo de produção tornou-se mercadoria, de compra e de venda e sujeito às leis do mercado. Como diz Adorno (1985, p. 220): "A família cumpre cada vez menos sua função de instrução e educação".

O mesmo autor afirma: "Também o pai é substituído por poderes coletivos, como o da classe, o da equipe esportiva, do clube, finalmente do estado (1985, p. 222)."

A escola, enquanto aparelho do Estado, procura transmitir os seus objetivos e valores, ignorando as diferenças culturais contidas nas classes populares, que freqüentam a escola e aos poucos ou gradativamente, impõe o saber e o poder da classe dominante da sociedade.

Quanto à escola brasileira, o seu perfil é conservador, característica da escola pública, decorrente do sistema político-social, profundamente autoritário. A configuração histórica do regime político, sempre esteve pautado no conservadorismo, na centralização, na tecnoburocracia.

Hoje, estão se processando discussões sobre a gestão democrática da escola pública, da educação, da cidadania e das formas participativas no cotidiano escolar. O espaço físico e político passou a ser considerado como local privilegiado para os encontros e os debates desse processo.

No entanto, a escola ainda não abriu "espaços necessários" à participação da família, mesmo para aqueles que convivem diariamente no seu interior. De forma velada ou não, a escola procura aplicar mecanismos de exclusão do aluno e da família.

Quando chamados à escola ou quando a buscam voluntariamente, os pais às vezes, são tratados de maneira arrogante ou com paternalismo, escravizando qualquer possibilidade reivindicatória. Para Bordignon: "O paternalismo, traço cultural brasileiro, abriu ao governo a missão de tudo fazer e prover em educação [...]. O sistema educacional burocratizado é o instrumento adequado à gestão paternalista para a dissimulação do discurso (1992, p. 13)".

Os modelos de educação e de administração escolar são fundados na burocracia, na hierarquização, segundo os princípios da racionalização técnica, da eficiência, visando o preparo das classes populares à obediência e à concórdia.

A submissão à ordem estabelecida pelos agentes educacionais imprime aos usuários, alunos e pais, o medo das autoridades escolares. O professor é detentor do saber. Essas relações são consideradas como algo natural, conforme afirma Foucault: "Os poderes se exercem em níveis variados e em pontos diferentes da rede social e neste complexo os

micro-poderes existem integrados ou não ao Estado (1985, p.12)".

A escola se constituiu nesse micro-poder e serve para garantir a dominação de uma classe social, numa formação determinada. O poder é disciplinador. A escola transmite e estabelece de maneira diversa as relações de poder.

A Leitura da Relação Escola-Família

Os agentes escolares: diretor, supervisores, orientadores, professores, bibliotecários, secretários e outros, na sua maioria, vêem a escola de forma harmoniosa, hierarquizada, funcional e sem conflitos. Assim sendo, as relações da escola com a família devem passar por esta visão, sem choque e paradoxos.

Muito já foi escrito sobre essa relação escola-família e, ainda, não há clareza. Os participantes da instituição escolar afirmam que a família não participa das reuniões ou dos órgãos representativos da escola, com a Associação de Pais e mestres, Conselho Escolar, Clubes de Mães, até mesmo dos encontros de rotina utilizados pela escola, para passar informações sobre a vida escolar de seus filhos.

Os agentes escolares afirmam que a família vem transferindo a sua responsabilidade de educadora, para o âmbito da escola, de que os pais não encontram tempo para participarem da vida escolar dos filhos, por estarem trabalhando, ou por não disporem de tempo. Na realidade, fogem da escola e só aparecem no período de matrícula ou no final de ano, quando seus filhos estão em dificuldades para a promoção.

Os pais afirmam que são chamados somente quando seus filhos vão mal nos estudos, ou quando apresentam algum comportamento inadequado, segundo a ótica da escola, quando não realizam tarefas escolares, quando matam aulas e, principalmente, por problemas disciplinares.

Para esclarecer a questão apresentaremos os depoimentos de duas professoras do ensino fundamental e médio e de quatro mães de alunos também do ensino fundamental e médio, da rede pública estadual e municipal das cidades de Londrina (PR), Suzano (SP), Assis (SP) e Paraguaçu Paulista (SP).

A professora da escola pública de Londrina afirma que vem há tempo tentando junto à direção da escola e da Orientação Educacional alterar esse quadro, porém, as sugestões não encontram ressonância.

O que a professora destaca é que a estrutura da escola cristalizou um modelo estático, sem possibilidade de mudanças. A entrevistada destacou o seguinte:

> Sou professora de uma turma de 3ª séria do ensino fundamental, trabalho com 35 crianças. A maneira de manter contato com os pais é somente por ocasião de entrega de boletins, isto é, quatro vezes ao ano ou quando são notificados sobre problemas que os filhos estão causando na escola. Nessas oportunidades os alunos são dispensados, ou melhor, desocupam a sala de aula e ficam no pátio durante o período de atendimento aos pais. Os pais ocupam o espaço da sala de aula, num contato direto com a orientação educacional ou a diretora da escola, que num primeiro momento, transmite informações de caráter geral e administrativo, passando a seguir o encaminhamento para os professores regentes. Procedo a entrega dos boletins aos pais, em primeiro lugar, aqueles alunos que não têm nenhum problema de notas ou de comportamento. Os demais são atendidos coletivamente, abordando, muitas vezes, de forma constrangedora, problemas que deveriam ser tratados no âmbito particular. Os assuntos são tratados abertamente, criando situações inibidoras.

O espaço físico, isto é, a sala de aula, local dos alunos, é ocupado pelos pais. Até aí, tudo bem, porém, o que nos chamou a atenção, foi justamente, um espaço que não estava

totalmente livre para uso dos pais; o material dos alunos se encontrava no recinto. O tempo disponível para o encontro, também era restrito, era necessário ser rápido, desocupá-lo, para o prosseguimento da aula. Não há tempo a perder, pois os alunos estão no pátio...Que espaço é esse, para um encontro significativo de informações e de troca de experiências visando a própria criança? Bem, a escola tem normas e regras que precisam ser cumpridas. Será que a escola não poderia organizar essas reuniões em horário diverso daquele das aulas?

Para Linhares:

> A interdição de espaço é uma constante, extremamente fértil, com sua rede de significados que vai sinalizando aos alunos e professores e sua desapropriação, o seu despossuimento da e na escola (1193, p. 13-14).

O espaço físico adquiri significados, na medida que vai sinalizando a sua apropriação ou desapropriação por todos aqueles que fazem parte dele, direta ou indiretamente. Ao afirmar que a escola é do povo, as classes populares, especialmente, não adquirem essa propriedade: a escola. A escola não abre espaço físico ou político aos seus usuários, ela tem "dono" e, esse dono é situado na figura dos personagens que se apropriam da escola como sendo sua propriedade particular.

Como participar das atividades da escola de maneira abrangente, se a própria escola reserva um espaço físico nessas condições, isto é, um ambiente sem possibilidade de ação e que deveria ser desocupado, o mais breve possível? A racionalização do tempo é importante. Porém, como trabalhar com os alunos e os pais uma proposta de educação participativa?

Foi lembrado pela professora entrevistada a relação da escola com os pais dos alunos de 5ª a 8ª séries:

> Os boletins são entregues bimestralmente, pela orientadora educacional. Ela seleciona e distribuiu aos alunos sem problemas de notas ou outros motivos. Os pais assinam os boletins e estes são devolvidos. Para os demais alunos os pais são convocados, com dia e horário determinado, no inicio do expediente escolar. A situação é constrangedora, pois, formam-se filas de pais na espera de serem atendidos e receberem as "broncas", os "pitos", as chamadas para assinaturas de termos de compromissos, advertências, etc. Como a escola dispõe de apenas uma orientadora educacional, alguns pais permanecem na fila durante mais de uma hora. O interessante é que na fila acaba rolando conversas, sobre a escola, professores, atitudes que escola adota, mas a reação é passiva.

A lógica da fábrica, do banco, do transporte coletivo, do caixa do supermercado, é a mesma utilizada pela escola. Esse procedimento vem reforçar o porquê os pais não participam da vida da escola. São chamados não para dialogar sobre seus filhos, mas, para atender uma norma burocrática da escola. Para receberem chamadas e não orientações visando o melhor desempenho dos filhos. A organização formal da escola caracteriza-se pelas relações de poder e autoridade da escola sobre a família. Para Bordignon: "A padronização e a rotina cristalizam as relações verticais, que instalam a mediocridade e matam a criatividade. [...] A burocracia faz escolas eficientes, mas sem eficácias, com rotinas e sem objetivos (1992, p. 16)".

Ao determinar a entrega dos boletins quatro vezes ao ano, ao estabelecer o horário de atendimento, ao colocar os alunos no pátio, ao ritualizar o encontro com a falta do diretor ou da

orientadora educacional, em primeiro lugar e, posteriormente, a falta do professor, fica evidente que a escola prioriza o "burocrático", o "funcional" e não o participativo e o criativo. Impera, de fato, a mediocridade.

Mas, afinal, o que pensam os pais da receptividade da escola em relação à família? Nesse sentido, passemos a refletir sobre o depoimento da mãe dos alunos:

> Tenho dois filhos que estudam em escolas públicas, sou responsável por mais dois sobrinhos, estudantes matriculados na rede pública. Sou professora universitária, mas, acima de tudo, sou MÃE. [...] A primeira vez que estive na escola pública para obter informações sobre matricula, fui atendida com má vontade e porque não dizer, com certa brutalidade. A pessoa responsável, mal indicou o edital que expunha o número de vagas disponíveis. Parece que esses "burocratas da escola" dela se apoderam como se fosse uma instituição que lhes pertencessem como exclusiva propriedade privada. A administração da escola reproduz o estilo político-administrativo do próprio país.

A mãe depoente faz uma reflexão significativa, quando coloca a situação dos funcionários da escola "burocratas" que não estão ali para servir, mas assumem atitudes desrespeitosas perante os pais. Se a mãe que possuiu nível universitário é tratada dessa maneira, imaginem os pais que são analfabetos.

A mãe dos alunos continua seu depoimento:

> Jamais fui chamada à escola para receber qualquer elogio, sempre para ouvir reclamações, queixas e acusações. Muitas delas pertinentes, porém, a forma como tais situações eram arranjadas provocam uma estranha sensação de pavor e angústia. A imagem que restou para mim é de um Tribunal de Inquisição Escolar, diante do qual estávamos para nos submeter como réus, culpados pela subversão da ordem escolar, por criar problemas que não são da alçada dos "burocratas da escola".

A burocracia escolar é marcada pela frieza, é uma das identidades da escola materializada pelas reações de posse e poder que se concretizam na hierarquia do trabalho e na organização administrativa. Nos encontros realizados com pais, percebe-se os limites fixados, e que os pais devem obedecer. Esses limites, não são estabelecidos num código escrito, circunscrevem-se nas relações de troca escola-família. Muitas vezes, sutil e velado, são mascarados por discursos democráticos, porém, o conhecimento e a autoridade incorporada lhes confere legitimidade para falar (com arrogância), decidir (por si só) punir e exigir obediência dos alunos e dos pais.

A mãe entrevistada, no seu depoimento faz um desabafo:

> Em outros momentos de reuniões plenárias, isto é, com todos os pais, pude sentir que a presença dos pais era solicitada para que legitimassem e autorizassem medidas que já haviam sido tomadas, como colocar grades, usar uniformes, contratar guarda, segurança no pátio.

Acreditamos que a escola pública, com o descaso do governo, com a escassez de recursos, procura na comunidade escolar, uma maneira de suprir parte de suas necessidades. Um dos caminhos buscado, como fonte desses recursos, são os pais. Mas, será de responsabilidade dos pais tais encargos? Os pais sabem muito bem, que quando convocados pela escola, os motivos são: ou, para receber alguma notificação sobre os filhos, ou arcar com contribuições "voluntárias", ou, ainda, para trabalhos "espontâneos", para sacramentar atitudes já tomadas. É uma forma de reforçar o "microcosmo do poder", como a própria mãe mencionou. De fato, é isso que vem acontecendo na realidade da escola pública, as redes do poder autoritário e burocratizado se estabelecem da escola aos núcleos, e destas com as secretarias de Estado. É o Estado interferindo no privado.

A mãe da escola estadual de Paraguaçu Paulista diz:

> Tenho uma filha que estuda em uma escola estadual, 8ª série; e outra que está na creche municipal.
>
> Sobre a creche municipal, acho que o trabalho deles é bom, embora eles só chamem a gente lá, quando o filho está doente para levar embora. Como minha filha não fala ainda, não dá para saber se ela é bem tratada, mas eu acho que é sim. Uma vez fui com uma colega pedir uma vaga para a filha dela e a moça da secretaria se irritou e disse: "agora, na metade do ano, que você vem pedir vaga?"
>
> Coitada, ela tinha arranjado emprego só naquela ocasião. Como iria antes, se para fornecerem vaga, precisa de atestado de trabalho da mãe?"
>
> Agora, na escola pública estadual em que minha outra filha estuda, ah esta é um absurdo.
>
> A diretora, perto da gente, trata o aluno muito bem, mas por trás é um horror. Uma vez eu mesma, presenciei a maneira com que ela tratava o aluno que tinha levado um baralho para a escola. É uma estúpida.
>
> Sobre as regras? Imagine, nunca fui chamada à escola para nada. Apenas no final de bimestre minha filha traz um bilhete de reunião bimestral e a gente vai lá para pegar o boletim.
>
> Às vezes, se o filho briga, igual minha filha que se desentendeu com a colega, a diretora chama a gente e se não comparecermos, o filho não entra na escola no próximo dia.
>
> Isso eu acho certo, porém a gente chega lá ela fala meia dúzia de palavras e manda a gente embora.
>
> Todas as regras da escola são passadas aos alunos no primeiro dia de aula e quando não são cumpridas, somos chamados lá. Nunca nos chamaram para pedir alguma opinião.

Pelo depoimento da mãe, fica evidente a barreira que existe entre a direção da escola e a mãe que representa os pais. Morais (1986, p. 11), diz que ensinar é: "Marcar com um sinal, um emblema definitivo, tal como se fazia com os escravos e se faz ainda com o gado". É marcar com um sinal positivo e não negativo. Na relação da mãe com a escola, o exercício da autoridade da direção cede lugar ao autoritarismo.

Autoridade e autoritarismo são termos excludentes no processo educacional. O autoritarismo representa a repressão, interrompe o diálogo, a comunicação e a relação. Daí a revolta da mãe.

A mãe de outra escola pública de Paraguaçu Paulista afirma:

> Os meus três filhos estudam em escolas públicas. Uma filha tem 18 anos é deficiente auditiva e está na 8ª série, o outro filho está na 2ª série do ensino fundamental e tem 8 anos e a mais nova tem 4 anos e faz o pré I.
>
> Quanto à participação na vida escolar deles, eu costumo ir a escola se meus filhos passam por algum problema (brigas, maus tratos e etc.) ou se tem reunião bimestral.
>
> O atendimento na escola da minha filha D.A. é ruim. A diretora nunca está lá e a coordenadora sempre diz que não pode resolver.
>
> Por exemplo, já cansei de ir reclamar sobre alguns alunos que maltrataram a minha filha com chacotas e brincadeiras indevidas, até mesmo tapas e beliscões. Sempre ouço a mesma resposta: "não existe só sua filha aqui dentro, temos mais de trezentos alunos aqui para atender", ou então "ah, isso aconteceu na saída, não podemos fazer nada".
>
> Em relação às regras, a direção faz as regras e a gente tem que obedecer. Nunca fui chamada à escola para dar nenhuma opinião e, quando dou, por minha conta, não levam nem em consideração.
>
> Nas reuniões bimestrais é só reclamação, eles falam dos filhos perto de todo mundo, a gente fica até com vergonha. Às vezes eu fico até com pena de algumas mães, a professora dá as notas e depois diz assim: "agora as mães dos bons alunos podem ir embora porque queremos conversar só com as mães dos ruins" e segue falando os nomes em voz alta. Acho isso um absurdo.

É inútil negarmos: estamos sempre de prontidão contra a violência. Muitas vezes, ficamos envergonhados como somos tratados pelas instituições, principalmente por aquelas que têm a missão de educar: a escola. A mãe desta filha deve ter se sentido excluída, renegada e

marginalizada pela direção. Quanto maior a autoridade da escola, maior serviço lhe cabe prestar ao maior número de pessoas. Reinar é servir, servir é reinar. Não serve para viver quem não vive para servir. O diretor deve ser um servidor de sua comunidade escolar. Deve ser líder, como confirma Hunter (2004, p. 50): "o papel do líder é servir". Liderar é fazer as coisas através das pessoas. O espaço físico da escola para a comunicação está sendo negado.

Mandar nos outros, dominar as pessoas, ser servido e reverenciado, ditar todas as leis, parece ser essa as aspirações supremas em nossas comunidades. É raro que alguém aceite em ser o servo dos outros.

Não devia ser essa a lógica a vigorar no seio da comunidade escolar. Uma só ambição deve ser tolerada pela direção: a de servir a todos. A lógica do poder e da dominação, da imposição de si mesmo, não leva a nada e nada empresta a este mundo decadente. É preciso substituir a lógica do domínio pela lógica do serviço, a lógica do egoísmo pela lógica do amor.

Agora temos o depoimento de uma professora de uma escola pública de Suzano (SP). Ela diz:

> Sou professora de Educação Física em turmas do Ensino Fundamental, primeiras séries em um turno e em outro no Ensino Médio – 1º e 3º anos. Essa experiência me trouxe algumas indagações. O que posso dizer para as mães que os filhos estão nos dando problemas? Não são todos, mas eu preciso falar, a escola me deu essa incumbência. Não é uma tarefa fácil. Seria muito bom se nós professores pudéssemos dizer "Mãe seu filho X... destaca-se em matemática...", para aquela mãe que chega de cabeça baixa, porque na realidade ela sabe que tem "bomba", mas creio que o mais difícil é a escola passar atestado de impotência para a família, que está ali porque foi convocada, porque se não viesse o seu filho não entraria em classe no dia seguinte. Qual a solução para minimizar essa frustração da mãe. Sabemos que a escola faz o que está dentro das possibilidades, que a escola não tem a função de resolver tudo... A família está em crise, crise de valores, faltam limites... Mais dois ou três anos e esses meninos, em tese, chegarão aos bancos universitários... Lá a mãe não será chamada, mas não creio que consigamos resolver essas questões até lá.

A professora aponta que a família está em crise, que há crise de valores. Grande parte das famílias enfrentam muitas dificuldades e ficam quase impossibilitadas de educar como gostariam seus filhos. Muitas famílias, às vezes, somente contam com a mãe, sendo forçadas diariamente a trabalhar para o sustento da família, preocupar-se com a alimentação, a moradia e a saúde. Como é possível, neste contexto de miséria, insegurança, ausência de pai ou mãe, garantir aos filhos uma educação adequada, digna e de esperança?

Nestes casos, a escola tem a função de suprimento e deve procurar, da melhor forma possível, minimizar os sofrimentos, principalmente dos alunos. Não é possível solucionar todos os problemas, mas, o caráter social precisa ser desenvolvido da melhor forma possível.

Cabe à escola trabalhar as dificuldades que mais são evidentes e, ao mesmo, toda equipe unir-se nas dificuldades para enfrentá-las. É fundamental, também, formar grupos de reflexão, que ajudem a diagnosticar os problemas e apresentar alternativas. Por fim, junto com a família, toda equipe escolar necessita repensar a escola. Lima (2003) acentua muito o olhar sociológico que a escola deve ter enquanto organização educativa complexa.

A mãe de uma escola pública estadual de Assis (SP) diz:

> Minha filha está na 6ª série do Ensino fundamental em escola pública. Graças a Deus ela não apresenta grandes dificuldades na escola. Mas no ano passado, passei muita tristeza e vergonha, durante uma dessas reuniões com pais em final de bimestre. A professora falou na frente de todo mundo que minha filha não tinha educação, andava pela sala e atrapalhava a aprendizagem das outras crianças, dizia

> ela que a menina terminava as tarefas e ficava no ti-ti-ti. Quando cheguei em casa, chamei a atenção dela, deixei de castigo e disse que se fosse para eu ir lá para passar o "carão", eu não iria mais. Fiquei com muita vergonha da situação, porque até aquela data eu era uma das que me orgulhava pela minha filha comportada e inteligente que eu tenho. Hoje ela tem se comportado melhor.

Nem sempre estamos abertos para avançar e buscar algo de novo na comunicação com os pais. Pela colocação da mãe, fica claro que ela passou por um constrangimento muito grande. Quem sofreu em casa as conseqüências foi a filha. Ninguém gosta de ser humilhado publicamente. A escola, muitas vezes, está apegada às velhas tradições e desligada daquilo que é mais importante, fechada ao novo e a uma comunicação adequada. As coisas belas e boas são mais difíceis de se aprender.

É preciso tomar cuidado com a forma que levamos as nossas mensagens aos pais, principalmente para os mais simples e humildes. Precisamos estar atentos aos sinais de mudanças que devem acontecer na educação.

Numa sociedade que avança a passos de gigante e que muda continuamente, com novos paradigmas, não podemos ficar presos aos velhos paradigmas e nos contentar com nossos lentos e curtos passos. Precisamos estar atentos aos sinais dos tempos e abertos para ver as necessidades e os desafios da humanidade de hoje. Precisamos sim, dar uma resposta responsável aos pais e aos apelos da sociedade, mais do que ficarmos lamentando regrinhas não cumpridas que levam a muito pouco ou nada.

Alternativas de Relacionamento Escola e Família

A relação escola e família é bastante complexa, portanto, não esgota o assunto com um artigo, mas nos remete à outras questões que, numa relação dialética da escola-família, sociedade e Estado devem ser refletidas. Os conflitos e as contradições devem ser pensados numa perspectiva de gerenciá-los e não excluí-los dessa relação.

A relação entre escola pública e família envolve determinadas considerações que ultrapassam a questão da escola e dos agentes envolvidos no ato simplesmente administrativo. A necessária articulação entre essas duas instituições depende, principalmente, de como encaramos o papel da escola pública hoje e do seu compromisso com aqueles que ela atende.

Partindo do suposto que a escola pública está comprometida com o destino da classe trabalhadora e com a formação da cidadania de todos esses indivíduos, ela é o lugar onde os trabalhadores aprendem os conteúdos produzidos pelas ciências, que é indispensável à compreensão crítica da realidade em que vivem.

Em tese, a escola chama a família para ser sua parceira, mas, na realidade, muitas vezes, torna-se alvo de reclamações, constrangimento e pedidos de socorro para servir e não simplesmente resolver problemas de disciplina.

Esse trabalho é o resultado de observações e pesquisas com pais e professores que vivem o problema e não vêem uma saída satisfatória, ficando uma indagação: como mudar essa ótica?

O espaço que estamos referindo, é daqueles encontros bimestrais que tem um fim objetivo que é prestar contas de notas, comportamentos e disciplina dos filhos. Para os "bonzinhos" os parabéns, aos "mauzinhos" a resposta das mães que se sentem cobradas por não terem, muitas vezes, condições de acompanhar a vida escolar de seus filhos, porque precisam ser pai, mãe, trabalhar fora, ou até mesmo, por falta de escolaridade e apoio familiar.

A escola e a família precisam se unir, necessitam de encontros sim, mas para unir os participantes e não provocar constrangimentos.

A idéia de participação traz um significado muito profundo, tanto para a escola quanto para a família. Participação não pode ser confundida com mero envolvimento das pessoas presentes. É bem mais do que isso. Para Bordenave (1983, p. 22): "Participação é fazer parte, é tomar parte ou ter parte". É entrar em comunhão com os participantes.

Para participar é necessário que nenhum ser humano se torne uma ilha: fomos criados para conviver com os mais diversos tipos de pessoas. Por natureza, somos chamados a nos relacionar, a criar laços com os outros.

A correção fraterna deve iniciar-se na família, concretizando-se na escola, traduzindo-se na conexão entre ambas, por meio do diálogo, compreensão e acolhida.

A influência da família na educação dos filhos já não é tão decisiva como antigamente, mas a semente do diálogo, da compreensão, do amor, deve ser plantada nas crianças em casa, prolongando-se, posteriormente na escola, que desenvolve a educação sistematizada e elaborada. Escola e família formam um binômio cujo resultado deve ser a construção do cidadão.

Essa correção fraterna ajuda a comunidade escolar e familiar a ter atitude de acolhida para quem errou, ajuda a compreender porque determinada pessoa atua dessa ou daquela maneira, leva a auxiliar as pessoas da família ou da escola que erraram, para que retornem ao caminho certo. Amar significa ajudar as pessoas a superar as suas fraquezas e crescer em todos os sentidos.

Esses elementos são condições indispensáveis aos componentes da escola e da família para terem o seu espaço e juntos contribuírem com a construção do ser humano integral. Assim não haverá constrangimento entre os participantes com comparações entre uns e outros, mostrando de maneira geral as possibilidades dos alunos atingirem melhores resultados.

A utilização desse espaço pelas instituições serve para troca de experiências e enriquecimento da aprendizagem. Que não sirva somente para tratar dos problemas, mas também, como local para ser utilizado com palestras de formação. Poderiam ser apontadas sugestões de temas para discussão nessas reuniões em que amenizaria os tais constrangimentos, sem deixar explícito o "espaço negado aos pais". É preciso propor alternativas para um encontro construtivo entre pais e escola.

Seria viável, principalmente à escola, rever certos conceitos. Como educar no mundo de hoje? Época de mudanças, de novo contexto, novas escolas, novas respostas e de clientela diferente. Não esquecer que a escola é o complemento da formação integral do aluno. As informações recebidas devem ser reordenadas com pensamentos crítico, reflexivo e autônomo. A escola deve utilizar novas linguagem, pois ela é o laboratório da sociedade. Deve saber discernir as revoluções da tecnologia, que apresenta muitos meios, mas ausência de metas; a cultural, que é universal, seu espaço definido e seqüestrada pelo mercado. E, de um modo especial as transformações que estão acontecendo nas famílias com ausências de seus fundamentos e sentidos, bem como ausência de valores transcendentais, principalmente éticos, morais e religiosos.

Como reflexão final, destacamos uma questão que consideramos significativa no momento atual da escola brasileira: se os "burocratas das escolas" não sabem trabalhar com as contradições existentes, como poderão ser capazes de criar as condições necessárias para deflagrar a democracia, a gestão participativa na escola, sem confundir a

autoridade com o autoritarismo? Será uma possibilidade ou uma utopia?

BIBLIOGRAFIA

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Sociologia da família.** In; CANEVACCI, M. (org). **Dialética da família.** 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BORDENAVE, J. E. D. **O que é participação.** 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

BORDIGNON, G. **Política e gestão educacional:** descentralização ou democratização de administração de educação. Brasília, v.8, n.1, p.1-100, jan/jun. 1992.

DONZELOT, J. **A polícia das famílias.** Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FOUCAULT, M, **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1985.

HUNTER, James C. **O monge e o executivo:** uma história sobre a essência da liderança. 17ª ed., Rio de Janeiro: sextante, 2004.

LASCH, C. **Refúgio num mundo sem coração – A família:** santuário ou instituição sitiada? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

LIMA, Lício C. **A escola como organização educativa:** uma abordagem sociológica. 2ª ed., São Paulo: Cortez, 2003.

LINHARES, C. F. S. **Trabalhadores sem trabalho e seus professores:** um desafio para a formação docente. In: ALVES, N. (org). **Formação de professores** – Pensar e fazer, 2ª ed., São Paulo: Cortez, 1993.

MORAIS, Regis de. **O que é ensinar.** São Paulo: E. P. U., 1986.